

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: As fronteiras da relação interior/externo na moradia comunitária urbana

*Estela Almeida¹
Cristiane Duarte²*

Resumo

Este artigo é um recorte da pesquisa sobre o recente surgimento de casas comunitárias – formadas por sujeitos que compartilham a moradia na intenção de viver coletivamente no meio urbano – nas metrópoles brasileiras. Devido a sua proposta de ser uma casa acessível a visitantes, e promover atividades então consideradas públicas, suscita o debate sobre a pertinência no morar contemporâneo de conceitos modernos relacionados à confrontação entre interior e exterior. Questionando a conexão entre ambiente construído e a relação entre casa comunitária e entorno físico-social, buscou-se interpretar determinada dinâmica espacial à luz da flexibilização dos âmbitos público e privado. A pesquisa foi realizada através de imersão nos objetos de estudo, quando a pesquisadora, como moradora temporária, utilizou ferramentas etnotopográficas para as análises espaciais. A vivência em duas casas distintas possibilitou identificar como o espaço atua na construção deste emergente modo de morar e sua relação com a rua. Palavras-chave: casa comunitária, morar contemporâneo, espaço público/privado.

Abstract

This article is a part of a research about the recent community houses emergence - formed by individuals who share the dwelling with the intention of living collectively in the urban environment - in the Brazilian metropolises. Due to its proposal to be a house accessible to visitors and to promote activities then considered public, it raises the debate about the pertinence, in contemporary dwelling, of modern concepts related to the confrontation between interior and exterior. Questioning the connection between the built space and the relationship between the community house and the physical-social surrounding, we attempted to interpret this spatial dynamic considering the flexibility of the public and private spheres. The research was carried out through of immersion in the objects of study in which the researcher, as a temporary resident, used ethnotopographic tools for the spatial analysis. The experience in two distinct houses made it possible to identify how space acts in the construction of this emerging way of living and its relationship with the street.

Keywords: community house, contemporary living, public/private space.

Introdução

A moradia comunitária urbana, objeto de estudo da pesquisa que está na base deste artigo, é habitado por pessoas – geralmente entre cinco e dez integrantes – que, mesmo sem ter necessariamente vínculos de amizade previamente, decidem compartilhar o espaço de morar na intenção de viver coletivamente no meio urbano. O surgimento deste arranjo doméstico configura-se em um fenômeno ainda recente observado nas principais metrópoles brasileiras, principalmente a partir do início da segunda década do século XXI. Este modo de morar, inspirado em demais modelos coletivos/comunitários, insere-se no conceito de Comunidades Intencionais Urbanas³, que engloba diversos grupos reunidos fundamentalmente para a prática e pesquisa do convívio coletivo nas grandes metrópoles. De maneira geral, essas comunidades possuem em comum o questionamento do modo de vida prevalente na sociedade ocidental industrial urbana, visto por essas pessoas como individualista e com excessiva valorização do bem privado. Para esses moradores, mais que uma transformação pessoal de vida, permanecer na cidade diz sobre uma tentativa de moldagem⁴ do modo de morar da grande metrópole, ponderando sobre a sua ineficiente ocupação de espaços e buscando maior integração coletiva e qualidade de vida. Fundamental no conceito da casa comunitária é não limitar sua intenção de coletividade ao restrito grupo de moradores, ampliando seu alcance ao entorno onde se insere. Tal espaço não é utilizado somente como atendimento das funções básicas do habitat moderno (proteção, provisão, descanso), que não se mostram suficientes para a consolidação desta casa (BRANDÃO, 2002). Seus moradores sustentam ser necessário repensar o lugar de moradia e seus usos, por isso, o espaço também é utilizado para o desenvolvimento de atividades diversas. Assim, geralmente desenvolvem-se nas casas cursos, palestras, aulas e festas. Eventos abertos ao público (restrito ou irrestrito, a depender do grupo) e, em geral, com o propósito de reflexão sobre temas circundantes a esta forma de moradia e o estilo de vida adotado. Devido a esse caráter de “casa aberta”, acessível a desconhecidos e cenário para atividades consideradas legitimamente públicas, este espaço em construção também suscita o debate sobre a pertinência no morar contemporâneo de conceitos modernos a respeito da confrontação entre dentro e fora; exterior e interior; público e privado. Ao não se limitar a tais oposições, a casa comunitária está sujeita ao surgimento de entremeios, onde “dentro” e “fora” são entendidos como modos de um mesmo espaço (DELEUZE, 1989 apud FUÃO, 2010).

Considerando o objeto de estudo em questão como fenômeno recente e em experimentação a ser investigado, ponderamos justamente sobre a relevância do espaço físico ocupado – originalmente projetado para outra configuração de uso – na construção deste modo de morar que, imbuído de significados, materializa-se na casa como espacialização cultural e subjetiva desses moradores. Afinal, mais que local onde as coisas são dispostas, o espaço é o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível (MERLEAU-PONTY, 1999); evidenciando a influência espacial sob o indivíduo que de certa forma também é “produzido” pelo espaço (BRANDÃO, 2002). Apesar de suas particularidades diante do padrão cultural habitacional em que emerge, o pleno desenvolvimento dessa casa, como toda moradia, demanda um processo de adaptação no qual o grupo indica a sua utilização do lugar e a maneira como o ocupa

³ A distinção urbana se faz relevante devido à profusão de comunidades formadas no meio rural no final do século passado. Destacamos a formação de ecovilas nas décadas de 80 e 90 quando moradores de áreas urbanas, interessados na vivência comunitária, buscavam prioritariamente esta realização em espaços afastados da cidade.

⁴ Nos referimos ao que Duarte (1993) considerou como “Moldagem do Lugar” sendo a metáfora do processo que leva o espaço a ser um Lugar. Assim, Moldagem de Lugar trata-se de um “processo contínuo, ininterrupto, no qual o ambiente é modificado, recebe afetos, toma novas significações, modifica o indivíduo que o usa e retorna a ser alterado em seus valores e significados a cada momento”.

¹ Mestranda bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura FAU/UFRJ. E-mail: estelaalmeida.interiores@yahoo.com.br

² Professora Dra. Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: crsduarte@gmail.com

e o transforma (FISCHER, 1994). Essa construção de um senso de pertencimento do indivíduo ao ambiente construído não se refere apenas à posse, mas principalmente ao suporte emocional; já que os espaços da casa têm significativa importância para a estabilidade psíquica do morador (DUARTE, 2011). Através do senso de pertencimento em relação ao habitat, o espaço materializa-se como imagem concreta da construção de vida.

Com o objetivo de estabelecer um foco no âmbito deste recorte da pesquisa, pretendemos analisar a conexão entre o ambiente construído e a relação desenvolvida entre casa comunitária e seu entorno físico e social. Desta forma, buscamos interpretar determinada dinâmica espacial no que concerne à flexibilização dos âmbitos público e privado, bem como identificar as fronteiras simbólicas e físicas que emergem dos entremeios produzidos; não apenas em relação aos grupos de moradores, mas de forma a compreendê-la como um dos reflexos da sociedade contemporânea. O estudo foi realizado através da análise etnotopográfica⁵, ferramenta metodológica cunhada pelo Laboratório LASC⁶, baseada no método etnográfico da Antropologia. Tal abordagem foi necessária para a elaboração da pesquisa, não só pela atualidade e pertinência do estudo empírico frente à carência de referências teóricas diretamente relacionadas ao objeto investigado, como também por acreditarmos na contribuição do estudo de cunho etnográfico na compreensão da experiência urbana. No entanto, como o objeto de estudo em questão trata de uma residência, para a realização de uma observação profunda e produção de uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989), o plano inicial de realizar visitas constantes às casas suscitou questões como invasão de privacidade, constrangimento e perda da naturalidade. Além disso, primando uma atitude experiencial; na qual a observação atenta e detalhada necessita de uma imersão total e de um olhar minucioso dos usos, práticas, manipulações espaciais e relacionamento das pessoas com seus lugares (DUARTE, 2011); tornou-se clara a imprescindibilidade da pesquisa ser realizada por meio de uma verdadeira vivência *in loco*. Assim foi definida a realização da pesquisa de campo a partir de uma imersão como moradora temporária das duas casas estudadas, com duração de duas semanas em cada uma delas. Como as casas habitualmente recebem visitantes interessados neste modo de morar, tal estratégia buscou minimizar o aspecto intrusivo da pesquisa. Com a vivência cotidiana, não se fez necessária a realização dos instrumentos metodológicos⁷ durante todo o tempo em que a pesquisadora esteve na casa, evitando assim o constrangimento dos moradores e favorecendo o caráter neutro da mesma, então mesclada na rotina. A imersão no objeto de estudo também evidencia a correlação primordial entre vivência e arquitetura, priorizando a experiência cotidiana e relativizando os programas de necessidades que servem de parâmetros de projetos, muitas vezes sem relação com as demandas sociais reais (DEMANTOVA, 2009).

5 Ao conjunto de métodos que tomam as bases das ciências sociais para interpretar os espaços construídos temos denominado “etnotopografia”. A Análise Etnotopográfica estaria, assim, relacionada à aplicação de estudos de um grupo sócio-cultural em um determinado lugar, com base e suporte no espaço em si (DUARTE, 2010).

6 Laboratório de Arquitetura, Subjetividade e Cultura, grupo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob coordenação da professora Dra. Cristiane Duarte, que desenvolve pesquisas e análises sobre a inter-relação pessoa-espaço construído e estuda os fatores de ordem subjetiva e cultural dos grupos e seus lugares.

7 Ao longo da imersão, em complemento à análise etnotopográfica, foram utilizadas as ferramentas Mapeamento de manifestações – espacialização em planta baixa das expressões de afeto, repulsa, relações interpessoais ou qualquer outro evento social que ocorra em campo (DUARTE, 2011) – e entrevistas semi-estruturadas e informais.

Dicotomias repensadas na moradia contemporânea

O surgimento das casas comunitárias em diversas metrópoles brasileiras e seu inerente questionamento sobre o modo de vida do indivíduo contemporâneo no meio urbano induzem a reflexões acerca da mudança de habitat, em curto espaço de tempo, de uma sociedade predominantemente saída de um meio rural para as cidades, impulsionada pelos avanços tecnológicos e industriais. Desde então, a problemática sobre o viver citadino e a busca de equilíbrio no morar urbano encontra-se em investigação⁸. Pesquisadores alertavam para possíveis consequências do excesso de estímulos da grande metrópole no indivíduo urbano. Segundo este pensamento, haveria uma tendência ao desenvolvimento de uma atitude de indiferença e competitividade, o que transformaria os vínculos afetivos das sociedades tradicionais em relações superficiais no meio urbano. Na realidade brasileira, em uma conjuntura pós-escravidão e de muitas mazelas no meio rural, as grandes cidades passaram a representar o espaço de novas possibilidades de vida (MARINS, 1998). O urbano representava uma cultura cuja imagem propagada gerava fascínio por apontar progresso individual e uma forma superior de existência (MELLO; NOVAIS, 1998). Em contrapartida, no âmbito geral a experiência urbana, marcada pelas inóspitas condições ambientais, impulsionou o surgimento de uma valorização da natureza (CARVALHO, 2001). Importante pontuar que a questão urbana que nos importa para a pesquisa que está na base deste artigo é aquela que remete à reorganização do espaço de viver. Assim, ressaltamos que ao contrário do que sugere a confrontação superficial rural/urbano, acreditamos que as profundas transformações ocorridas com a urbanização se relacionam com os modos de uso do espaço anteriores à consolidação do processo urbano (VELHO, 1995), flexibilizando tais noções.

No âmbito doméstico, Griz, Amorim e Loureiro (2008) apontam que a estruturação binária da organização espacial e de usos da casa brasileira remete à herança de uma sociedade patriarcal, quando se delimitou fortemente paralelos como: público x privado; visitante x morador; coletividade x privacidade. Durante o processo de intensificação do desenvolvimento urbano nas metrópoles brasileiras, a moradia passou por ampla reforma que envolveu não só mudanças de ordem espacial, mas também alterações de uso e de significados. O espaço doméstico então ganhara o sentido de templo da vida privada, enquanto a planta da casa também sofria alterações compatíveis com os novos preceitos, como a busca por privacidade. Intrínsecos a esse novo habitat, novos modos de viver eram absorvidos socialmente através da forma de morar. Sobre fenômenos mais recentes, acompanhamos a proliferação nas metrópoles de espaços privatizados e fechados, estimulados pelo medo da violência que, por sua vez, afeta a interação no espaço público (CALDEIRA, 1997). Observa-se a relação destes espaços, ditos enclaves fortificados, com o processo de fragmentação da cidade, no qual cada vez mais se acirra a dificuldade em manter livre circulação e abertura para o ambiente público.

De forma geral, a lógica dicotômica atrelada à sociedade moderna mostra-se insuficiente no contexto contemporâneo, no qual há o enfraquecimento das bases geográficas (BAUMAN, 2003) e a fragmentação da experiência social (VELHO, 1995). Tal conjuntura favorece um caráter de heterogeneidade que espacialmente resulta em um novo modo de vida contemporâneo, com variados deslocamentos que, no âmbito doméstico, convergem ao que Brandão (2002) chama de *casa encruzilhada*: espaço onde se enovelam temporalidades; espacialidades; subjetividades e gera-se múltiplos

8 Durante o processo de expansão urbana e crescimento demográfico das cidades no início do século XX, surgiu a linha de pesquisa da Sociologia que investiga os processos e fenômenos sociais ocorridos no contexto do desenvolvimento das grandes cidades e metrópoles, denominada Sociologia Urbana.

territórios⁹, bem como há o dissolvimento de outrem. Essa casa resulta, então, de determinados processos ao mesmo tempo que cria outros, como a ponderação sobre a relação entre interior e exterior. Nesta confrontação entre espaço público e privado, se faz importante destacar que os conceitos “interior” e “exterior” não representam apenas espaços físicos, mas são, sobretudo, entidades morais, esferas de significação social e domínios culturais institucionalizados (DAMATTA, 1997). Por isso, não só definem intrinsecamente os tipos de usos possíveis de se desempenhar em cada um destes ambientes, como contêm visões de mundo e éticas particulares. DaMatta (1997) – que cunhou essa relação na figura de casa e rua – propõe que o conceito de casa se funda sob seu contraste perante o mundo exterior. Assim, se a casa representa lugar de calma e recuperação, por conseguinte a rua é entendida como local perigoso. Vale aqui ressaltar a importância de pensar esse território em sua mobilidade e transformações por ser um lugar de passagem, devido à formação de novos agenciamentos, inclusive desterritorializantes (BRANDÃO, 2002). Neste sentido, o espaço definido pela casa pode aumentar ou diminuir, de acordo com o que surge como contraste. Então, apesar de haver um senso comum a respeito de tais ambientes, o significado de “estar em casa” se constrói de acordo com o modo que o indivíduo interpreta naquele momento a dinâmica e a vivência da rua.

Diante disto, fazemos o paralelo com a descrição de Rapoport (1972) sobre dois tipos de habitat: em um deles o entorno é considerado como o cenário para a vida, sendo a moradia apenas a parte mais privada do mesmo; no outro tipo, a habitação é essencialmente considerada como o cenário total da vida, e o entorno tratado como um conjunto agregado. Considerando a importância do entorno no amplo entendimento do morar, durante a rotina cotidiana o percurso até o espaço construído da casa também adquire significados, onde o caminho e as pausas ao longo dele fazem parte de uma construção mais abrangente do lar (TUAN, 1983). Neste sentido, essa transitoriedade evidencia o caráter também temporal desta construção de lugar, revelando uma casa abundante em espaços-tempos singulares (BRANDÃO, 2002). Além disso, a estreita relação entre tempo e espaço se coloca na medida em que a simbólica passagem entre casa e rua remete ao contato não só de dois espaços, mas também de dois tipos de temporalidade. Segundo DaMatta (1997, p.41):

É porque vivemos de fato entre e na passagem de um grupo social para outro que podemos sentir o tempo como algo concreto e a transformação do espaço como elemento socialmente importante.

Como relação complexa que é, casa e rua não estabelecem uma oposição estática, mas um entremeio dinâmico, onde ambos se reproduzem mutuamente (DAMATTA, 1997). Logo, como as frequentes transformações sociais e culturais também são refletidas em alterações espaciais, a distinção entre os tipos de comportamentos adequados, tanto ao interior das casas quanto ao espaço livre das ruas, pode ser modificada continuamente. Isso revela que a segmentação da realidade em espaço privado e espaço público nem sempre é suficiente para compreender os fenômenos que neles se desenrolam (FISCHER, 1994). Ainda que muitas vezes a mistura semântica do espaço da rua com o da casa possa criar algum tipo de conflito (DAMATTA, 1997), é nessa transição entre espaços que residem os significados atribuídos a cada dimensão espacial; bem como evidenciam-se os seus mecanismos de expressar tal diferenciação. Nesse sentido, considerando uma configuração de moradia que, contrária ao entendimento moderno de reclusão ao estranho, constantemente recebe visitantes (conhecidos ou não),

⁹ Território aqui entendido como lugar de onde emergem matérias de expressão. Assim, a casa não se define pela edificação, sendo um território resultante dos usos de um espaço construído. Considerando que tais funções não preexistem, são móveis e transformáveis, o território da casa compõe-se de percepções e afetos que emergem dessa conjunção de elementos heterogêneos (BRANDÃO, 2002).

cabe ao espaço mediar a relação entre moradores e visitas de acordo com possíveis diversidades de expectativas. Assim, além de permear o convívio entre os indivíduos de um mesmo grupo, o espaço doméstico também serve como mecanismo na relação mantida entre residentes e o mundo externo à casa. Afinal, também é papel do lar ser um delineador e mediador entre o âmbito público e o privado (PALLASMAA, 2017).

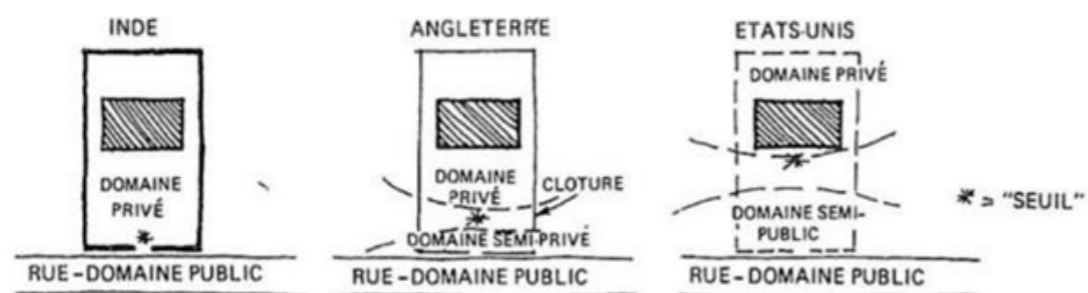
A presença do visitante na casa reflete as lógicas de convivência dos moradores com a sociedade, como se os dois campos semânticos estivessem em contato (DAMATTA, 1997) em tal momento. Como a dinâmica da casa é afetada pela presença da “rua” – representada pelos visitantes – no seu interior, a frequência com que esse espaço se abre às visitas pode influenciar a concepção de moradia. Por outro lado, ponderando sobre os comportamentos distintos que o indivíduo estabelece em cada espaço, o momento de receber visitas em casa funciona como um ritual capaz de promover uma unificação do sistema (DAMATTA, 1997), onde ambas atitudes e visões de mundo se fundem, mantendo um equilíbrio e uma totalidade. No contexto de uma conjuntura habitacional que dificulta que o sujeito una o seu eu com o mundo, resultando em exclusão e solidão (PALLASMAA, 2017), o ato de abrir a casa a visitas torna-se uma conexão não apenas do interior e exterior em caráter espacial, mas de si próprio com o outro. Ainda que a casa represente primordialmente a imagem de abrigo – físico e psicológico –, tal função não implica necessariamente em uma ruptura com o mundo exterior. Ao contrário disso, ao representar um universo afetivo e social para seus moradores, o espaço doméstico também pode ser utilizado como lugar de interação com o mundo exterior. Assim, torna-se uma janela social através da qual se contata com o mundo exterior pela mediação daqueles que são recebidos em casa (FISCHER, 1994). Para uma melhor compreensão do objeto de estudo e considerando a dinâmica cotidiana das casas comunitárias, essas referências às lógicas de morar e sua relação com os espaços domésticos foram associadas a questões emergidas na pesquisa de campo, como veremos mais adiante nas análises.

As fronteiras que surgem dos entremeios

Também no intuito de embasar as posteriores análises sobre as casas comunitárias urbanas, se faz necessário discorrer sobre as bordas do espaço de morar, não só em relação ao ambiente considerado público, mas também sobre as fronteiras subjetivas que se revelam no interior das moradias. Compreendemos aqui a noção de fronteira não apenas como delimitação espacial/temporal. “Fronteira não é um ponto, nem linha, nem demarcação, mas movimento, ação, potência” (ROCHA, 2010, p.190). E, justamente por não preexistir, possui caráter de permanente criação, desconstrução e moldagem, englobando novas relações, anseios, tempos e espaços. Nessa mediação do âmbito público e privado, a figura da fronteira emerge com relevância, inclusive na garantia do espaço pessoal dos moradores. Através do estabelecimento de uma dialética abertura/fechamento, o espaço é estruturado segundo as características sociais pertinentes a uma determinada cultura (FISCHER, 1994), e a definição sobre este equilíbrio pode se dar de diversas formas, de acordo com o uso cultural de cada casa. Nesse sentido, torna-se relevante a observação da fronteira – visível ou não, física ou simbólica –, que funciona como preservação do espaço particular; visto que qualquer vedação inscreve no ambiente não só uma separação, mas regras de passagem (FISCHER, 1994). Essa transição entre interior e exterior, sendo direta ou fluida, também pode representar a maneira com a qual um grupo lida não somente com determinada moradia, mas com a sua realidade de vida. A investigação de Rapoport (1972), sobre a diversidade cultural refletida no ambiente da casa, demonstra como a fronteira é significativa na compreensão da maneira que determinado grupo doméstico lida com os espaços público e privado. O desenho seguinte exemplifica tal circunstância em três países com culturas distintas, em um esquema que posiciona as casas (em hachura) e os

Figura 1 - Diferentes formas de compreensão dos domínios público e privado entre culturas distintas. O asterisco "*" representa a posição da fronteira semântica. Fonte: RAPOPORT, 1972, p.112.

seus respectivos terrenos em relação à rua.



O exemplo da Índia demonstra um tipo de transição bem direta, cuja fronteira entre público e privado é expressivamente demarcada por meio de um muro, sendo o limite da calçada o início do domínio privado. Na Inglaterra, o limite se dá de maneira mais fluida, no qual uma cerca ou outro elemento visualmente permeável demarca um espaço semiprivado anterior à área considerada privada. Já nos Estados Unidos, toda a área do jardim à frente da casa é considerada semipública, como um prolongamento da calçada, e a fronteira entre público e privado só ocorre na soleira da porta da casa.

Como a moradia se revela sob forma e como lugar vivenciado, a decisão de um grupo em habitar específica edificação, reflete de certa forma seus valores e objetivos. A casa não é apenas uma estrutura física, mas um conjunto de propósitos (RAPOPORT, 1972) que certamente estão relacionados com a necessidade de criação de um ambiente mais adequado ao modo de vida, assim como à visão sobre a própria vida ideal. O ambiente buscado reflete forças socioculturais, incluindo organização social; estilo de vida; e relações sociais entre indivíduos (RAPOPORT, 1972). Nesse processo de escolha, a ordenação da fachada é um dos elementos significativos, pois, de certa forma tal estrutura do espaço construído pode propor uma dinâmica de uso aos moradores. Ao mesmo tempo, sinaliza ao exterior que tipo de indivíduos vivem naquela casa ou transmite a imagem sobre a qual tal grupo pretende ser. Da mesma forma, os arranjos espaciais internos podem expressar modos de morar e visões de mundo dos moradores, materializando significados e adequando-se a uma organização social que o grupo entende como fonte de qualidade de vida.

Descobertas e análises do campo - Casa 01

A primeira casa onde a experiência de imersão foi realizada localiza-se no bairro da Tijuca, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Situada ao final de uma rua sem saída e transversal a uma das principais vias do bairro, está próxima de meios de transporte e comércio em geral. A casa¹⁰ é habitada por cinco moradores que se distribuem em quatro quartos, sendo um deles ainda provisório durante o período da pesquisa. No pavimento superior, dois quartos são individuais e um quarto é compartilhado por dois moradores. O último morador a integrar o grupo se aloca no primeiro pavimento, em uma sala anexa à principal que a separa da cozinha. Ainda há um quarto nos fundos do terreno que funciona como quarto de hóspedes.

¹⁰ Assim como os moradores das casas comunitárias, empregaremos o nome "a casa" personalizando-a, tratando como um ente e não apenas como um espaço onde se habita.

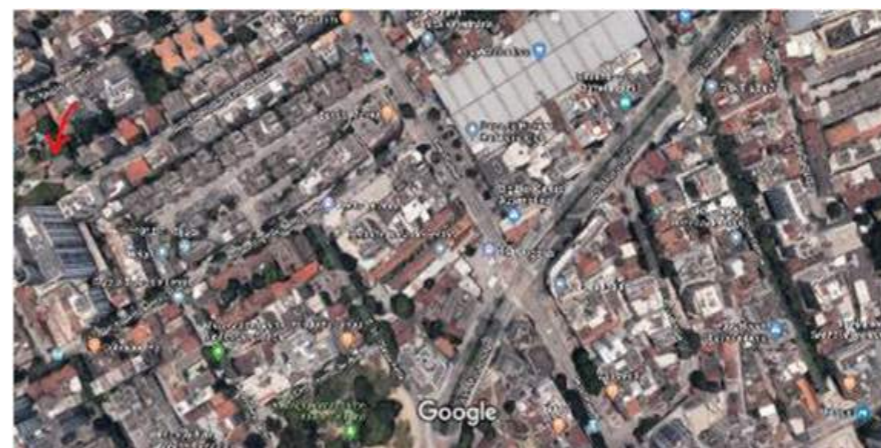


Figura 2 - Localização da Casa 01 e seu entorno. Fonte: Google Maps (2018).



Figura 3 - Representação gráfica do espaço interno da Casa 01. À esquerda, a planta do pavimento inferior; à direita, a planta do pavimento superior. Fonte: Autora (2018).

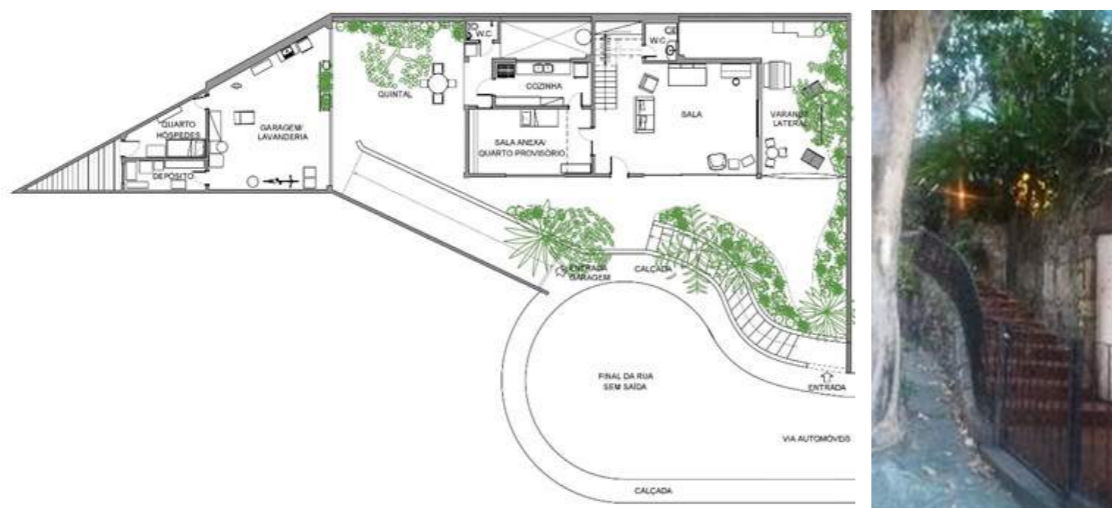
Durante a formação do grupo de moradores, concomitante à busca por uma casa a ser habitada, não havia entre os indivíduos uma concepção definida de como funcionaria a moradia. Era de fato uma experiência a ser construída de acordo com o que surgiria. Atualmente, além de servir como moradia, a casa é local de diversos eventos, quase diários. Alguns deles são regulares, como aulas de teatro e ioga; e outros pontuais, como palestras, saraus, workshops, apresentações artísticas e atendimentos terapêuticos. Todos os eventos são abertos ao público, sem restrição ou conhecimento prévio de quem frequenta. A maioria dos eventos não é desenvolvida exclusivamente pelos moradores, mas em parceria com terceiros. A casa se dispõe a acolher propostas de atividades dos visitantes, oferecendo o espaço em parceria a preços módicos, sem requerer o pagamento de aluguel dos ambientes.

A edificação tem uma fachada bem exposta e visível a quem está do lado de fora. Como está acima do nível da rua, seu muro baixo permite uma ampla visualização da construção. A sala, inclusive, com duas paredes da fachada envidraçadas, possibilita, dependendo da iluminação, a visualização de seu interior por quem está na rua.



Figura 4 - Fachada da Casa 01. Fonte: Autora (2018).

Figura 5 - À esquerda, representação gráfica da planta do terreno e da área construída da Casa 01; à direita, detalhe do acesso à casa pela escada externa.
Fonte: Autora (2018).



A transição entre externo e interno se mostra muito fluida. Não há fronteiras rígidas entre os domínios público e privado. O acesso é feito por uma escada sinuosa com inclinação suave, ao lado da vegetação que de certa forma funciona como uma sutil vedação. Assim, resguarda a privacidade da varanda lateral anexa à sala, porém, mantendo certa permeabilidade visual.

Antes da escada há um pequeno portão de ferro, acompanhando o gradil da fachada. Por ter uma estatura baixa, ele nunca é trancado; já que qualquer pessoa que tiver interesse, poderia facilmente ultrapassá-lo por cima. Ainda há uma campainha no muro, acionada por fora, imperceptível para a maioria das pessoas cuja atenção maior se volta para o livre acesso à escada. Por isso, geralmente os visitantes – inclusive na primeira visita à casa – não notam a campainha e naturalmente sobem a escada, adentrando a casa sem autorização prévia.

A característica dessa entrada, que permite uma transição fluida entre a rua e a casa, foi um dos pontos que emergiram com mais contundência nas entrevistas individuais com os moradores. De maneira geral, classificaram a fachada como muito “convidativa”¹¹ e atribuíram a essa característica à maneira pela qual o grupo desenvolveu sua relação com o ambiente externo, ou seja, os moradores acreditam que a forma do espaço construído ditou o modo como eles, enquanto grupo, se relacionam com o entorno e com os visitantes, inculcando diretamente na concepção de funcionamento da casa. De fato, durante a vivência da imersão, foi perceptível que os visitantes têm acesso livre à casa. As crianças que moram nas edificações vizinhas têm total liberdade e costumam entrar e sair da casa a qualquer momento que queiram. Outros vizinhos adultos, quando percebem de fora a movimentação típica de festa ou de um evento cultural, também acessam a casa mesmo sem convite e sem saber a princípio exatamente o que está ocorrendo. Em algumas ocasiões, foi notória a naturalidade com que muitas pessoas se aproximavam do muro da casa, olhando sua parte interna, em busca de algum sinal de movimentação para uma abordagem. Em geral, eram pessoas que, sabendo das atividades desenvolvidas ali, se sentiam à vontade para aparecer no local com a intenção de conhecer melhor a ideia do grupo e propor algum projeto. Percebemos que essa fluidez no acesso à casa, essa sutil borda entre o que é ambiente privado e público, favoreceu que este grupo desenvolvesse de maneira consistente a vertente de ser também um espaço cultural e de eventos, e não só uma moradia. Então, os moradores acabam lidando com a casa também como um “projeto”

¹¹ Utilizaremos a tipografia itálico entre aspas para palavras, expressões e frases pronunciadas pelos moradores.

sendo desenvolvido, que engloba a vida como um todo. Um dos moradores explicitou essa ideia na entrevista:

“eu acho que a gente passa muito tempo junto e fazendo coisas muito importantes que é morar e trabalhar. Que são, tipo, praticamente as únicas coisas que as pessoas fazem na vida. É, morar, trabalhar e se relacionar. E essas três coisas a gente tá fazendo ao mesmo tempo, né”.

Por conta do intenso e constante fluxo de visitantes, os moradores criaram uma forte consciência de que a casa é um “espaço de todos”, um espaço a ser ocupado. Assim, para eles, o ato de morar não subentende uma relação de posse com o ambiente construído, relativizando, neste sentido, o espaço físico – e suas transições concretas – na medida em que o mesmo é fomentado simbolicamente. Um morador comentou sobre isso ao falar: “Morar é igual a viver” e “a gente não está só dividindo o mesmo espaço, mas a gente está dividindo a nossa vida”.

Essa concepção de “casa aberta” também se relaciona com a percepção dos moradores sobre aspectos relativos à segurança. De modo geral, interpretam esta característica “aberta” como uma fonte de sensação de segurança, embora já tenha ocorrido um furto na casa poucos meses após se mudarem. Na ocasião, alguns moradores estavam trabalhando no pavimento superior, mas não perceberam a entrada do assaltante. Mesmo após esse fato, nas entrevistas os moradores expressaram a crença de ser menos provável a invasão dessa casa por bandidos justamente por sua facilidade de acesso. Ainda segundo o raciocínio deles, a fachada da casa transmite uma mensagem de que não há o que esconder de valioso ali dentro. Eles relacionam este único episódio de furto a uma festa realizada (poucos dias antes do ocorrido) que, segundo eles, tinha um público muito diferente da “proposta” da casa. Esse episódio causou um movimento de recolhimento no grupo, que passou a evitar eventos e repensou até que ponto deveriam abrir a casa ao público. Desse movimento de recolhimento, no entanto, fez-se marcante uma reflexão sobre a que se destina a casa. Para eles, utilizar o espaço apenas como abrigo não a diferia em nada da forma de moradia urbana em geral, ou seja, não estariam construindo algo novo, como a pretensão inicial. Além disso, devido à naturalidade com que o entorno se faz presente na casa, mesmo sem promover eventos a circulação de visitantes se dava de alguma maneira e, por isso, muito naturalmente os moradores voltaram aos poucos a reabrir a casa, desenvolvendo diversas atividades. É notório, então, que a concepção de “casa aberta” também foi sendo moldada de acordo com a vivência cotidiana propiciada pelo espaço construído.

Um dos moradores também citou, em paralelo à noção de que é um “espaço de todos”, que a ampla visibilidade externa, pela qual as pessoas de fora veem o que está acontecendo dentro da casa, faz com que esse espaço seja responsabilidade de todos no entorno. Assim, em seu entendimento, se um dia ocorrer alguma situação de perigo, os vizinhos facilmente irão perceber e conseguirão auxiliar de alguma maneira. E é essa lógica que justamente proporciona uma maior segurança para os moradores. Interessante notar que tal dinâmica se contrapõe àquela propagada ideia do indivíduo urbano que, estimulado pelo meio da metrópole, tenderia ao desenvolvimento de um caráter de indiferença com o outro, isolando-se e tornando-se apático a quem é estranho, em um processo de desvalorização do senso de vizinhança. Considerando em seu entorno a predominância de edificações muradas e patrulhadas, essa relevante característica da casa em questão poderia suscitar mais insegurança, acarretando o desenvolvimento de mecanismos de vigilância e bloqueio. Ao contrário desse entendimento dicotômico e derrotista do meio urbano, que nega possibilidades de sincretismos e heterogeneidades, percebemos que a exposição do espaço construído fez com que este grupo criasse de uma “rede de proteção externa”, ampliando os limites

perceptivos de sua propriedade por meio da flexibilização das noções de “fronteira” dentro/fora e superando a alienante ruptura imposta, que nos sugere que o “dentro” é de responsabilidade de nossos pares e o “fora” não é de responsabilidade de ninguém.

Outra característica espacial que influencia diretamente nessa moldagem da relação entre interno e externo é a clara divisão de pavimentos. Os três quartos originais da construção estão no segundo pavimento, assim como os dois banheiros privativos compartilhados pelos moradores. Devido a essa configuração, o espaço construído resolve de maneira eficaz a dinâmica da casa comunitária, que essencialmente abrange ambientes individuais e coletivos, distribuindo de maneira clara os dois domínios existentes em concomitância. Além disso, como esta casa em específico recebe um fluxo constante e intenso de atividades e visitantes e, por isso, também possui um caráter de espaço público; mais que uma divisão entre espaços coletivos e individuais, a distribuição dos pavimentos também delimita sutilmente o âmbito privado do público, mesclados nesse espaço heterogêneo.



Figura 6 - Vista da escada interna na sala da Casa 01. Fonte: Acervo Casa 01 (2017).

Assim, a escada, que representa a divisão de pavimentos, tornou-se uma fronteira bem significativa por, além de ser o acesso aos espaços individuais, sinalizar a borda do espaço público. Logo, identificamos que nesta casa a fronteira entre interior e exterior é a escada interna, ou seja, ocorre já dentro do espaço construído. Essa constatação demonstra espacialmente a mescla dessas concepções, que não se limitam por demarcações físicas projetadas para tal, como muros, portas e soleiras. Durante as entrevistas, essa observação foi corroborada com algumas afirmações sobre a sala – em justificativa para sua importância como ambiente principal da casa – como o lugar “onde a gente troca com o externo” e onde há “esse contato do interno e do externo”. Também houve associação entre a figura da escada aos “nossos quartos”, simbolizando lugar de privacidade.

Interessante perceber que neste espaço construído há uma mistura das lógicas de casa e rua, onde ora o externo constitui a casa – quando o entorno serve como rede de apoio garantindo a segurança da parte de dentro da casa – e ora parte da casa constitui o externo – quando a sala é espaço para as atividades abertas ao público, desassociando-se do conceito de abrigo. E essa fronteira única e bem definida, que é a escada interna, permite que os moradores sintam que sua privacidade é assegurada. Mesmo com toda a movimentação da casa, todos os moradores – até mesmo aqueles que dividem o mesmo quarto – afirmaram que conseguem ter privacidade quando precisam, ainda que durante a realização dos eventos. E a figura da escada, bem imponente na sala, também atua como uma sinalização clara e direta para os visitantes. Mesmo manifestando total liberdade, circulando à vontade pelo primeiro pavimento, sem demonstrações de constrangimentos ou de respeito excessivo por estar em uma

residência; em nenhum momento os visitantes tentavam ascender a escada ou sequer questionavam sobre a possibilidade de acessar o segundo superior. Logo, trata-se de uma fronteira ao mesmo tempo sutil e precisa, legitimado tanto pelos moradores quanto pelos visitantes, sem necessidade de uma comunicação verbal quanto a isso.

Ainda sobre a identificação de fronteiras nessa moradia, ficou evidente a preocupação dos moradores com a criação de possíveis novos limites de transição que poderiam acarretar alterações de usos na casa. Durante o período de imersão, havia um conflito em relação ao quarto provisório. O morador que o ocupava se sentia sem espaço pessoal porque o quarto – que na verdade ele nem considerava ainda como quarto – era uma passagem da sala para a cozinha. Além disso, sua porta liga-se direto à sala, onde ocorrem os eventos. Nesse contexto, ele propôs ao grupo a construção de uma parede, fechando o quarto e fazendo um corredor entre sala e cozinha. Alguns moradores ficaram reticentes quanto a construção dessa parede porque, segundo eles, representaria uma mudança muito significativa. Argumentando que se trata de uma questão simbólica, afirmaram que seria uma profunda alteração em relação ao que se construiu conceitualmente como casa, já que o primeiro pavimento era “aberto”, “não era de ninguém”, “não tinha privacidade”. Surgiu o receio de que, com a construção dessa nova parede, fosse necessário repensar sobre os usos e as relações que se pretendiam para a casa, o que poderia demandar uma nova forma de lidar com o externo e a criação de outros mecanismos. Então, o que de fato incomodava alguns moradores era justamente a criação de uma nova fronteira que de certa forma romperia a dinâmica construída e bem resolvida do espaço, que propicia a mescla dos domínios externos e internos, garantindo o espaço pessoal (assegurado para aqueles que ocupam o segundo pavimento).

Embora tenhamos identificado a flexibilidade dos âmbitos público e privado de acordo com as circunstâncias ocorridas na casa, foi observado uma outra fronteira, esta simbólica, que atua como forma de garantir a estabilidade psíquica do morador em sua construção de lar. Ao mesmo tempo em que há uma transição dentro/fora espacialmente fluida, ocorre uma transição de percepção espaço-temporal no acesso à casa. Neste sentido, houve citações positivas em relação à localização da edificação que, apesar de próxima ao comércio e transportes, tem a tranquilidade garantida por estar ao final de uma rua sem saída. Nas entrevistas e em conversas informais, os moradores relataram a sensação de estar em uma “casa de campo na cidade”. Não só pelo aspecto físico da construção, que para alguns remete à imagem de uma “casa de férias”, mas por uma sensação subjetiva, que se relaciona à noção de estar “em outro lugar”, como se fosse transferido para outro espaço-tempo. Essa sensação foi fundamentada por alguns fatores como o silêncio observado na casa e a impressão de ser um espaço mais “reservado”. Assim, percebemos que, embora seja importante para este grupo manter o conceito de “casa aberta” aos visitantes, criou-se simbolicamente uma relação temporal entre interior e exterior, como forma de assegurar sua concepção íntima de lar.

Descobertas e análises do campo - Casa 02

A segunda casa onde foi realizada a pesquisa de imersão localiza-se no bairro de Santa Teresa, zona central da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 7 - Localização da Casa 02 e seu entorno. Fonte: Google Maps (2018).



A edificação está situada próxima ao Largo dos Guimarães, principal localidade do bairro que tem contundente caráter turístico, abastecida de transportes e comércio. Embora tenha em seu entorno bastante movimentação, sua locação é reservada. A rua é residencial e silenciosa por não servir de passagem para pedestres ou carros, já que faz parte de um conjunto de três vias interligadas a partir de um acesso único de conexão com o restante do bairro. Antes da mudança destes moradores, a edificação funcionava como um hotel, tendo ao todo doze suítes que se distribuem por todo o espaço construído: cinco suítes no pavimento inferior, cinco suítes no pavimento superior e duas suítes abaixo do nível da edificação, no percurso de descida do terreno. Como o grupo é composto por dez moradores, pretende-se encontrar um novo morador para uma das suítes desocupadas e manter a outra vaga para receber hóspedes ou atividades. A edificação também possui ampla área descoberta no terreno, que eles distinguem em dois ambientes: deck (ambiente mobiliado, anexo à varanda da fachada posterior) e gramado (área livre no nível abaixo do restante da casa, acessado por uma rampa). Além disso, destacam-se as inúmeras possibilidades de fluxos, com três alternativas de acesso desde o portão que a separa da rua: acesso direto ao pavimento superior, ao subir a escada à direita do portão; acesso pela circulação interna, a partir da varanda frontal; e acesso pela circulação externa lateral, chegando à área descoberta da fachada posterior.

A forma arquitetônica da casa possui aparência de castelo, um aspecto cerrado e quatro torres decorativas “que representam como se fosse um castelinho”, como descreveram alguns moradores. Trata-se de uma fachada imponente, com um portão de entrada bem destacado que, inclusive, foi muito citado pelos moradores durante as entrevistas individuais, com ênfase para a citação das características “grande”, “preto” e “pesado”.

Figura 8 - Representação gráfica da planta do terreno e da área construída da Casa 02. Fonte: Autora (2018).

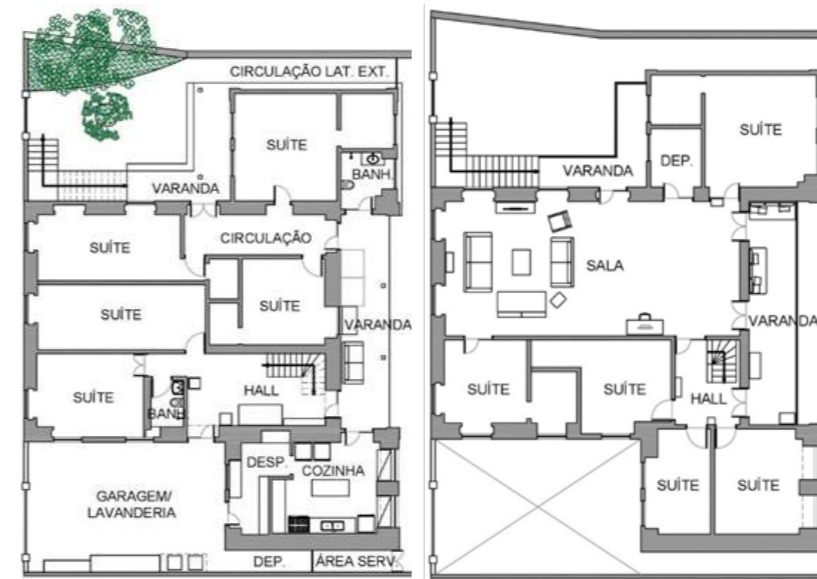
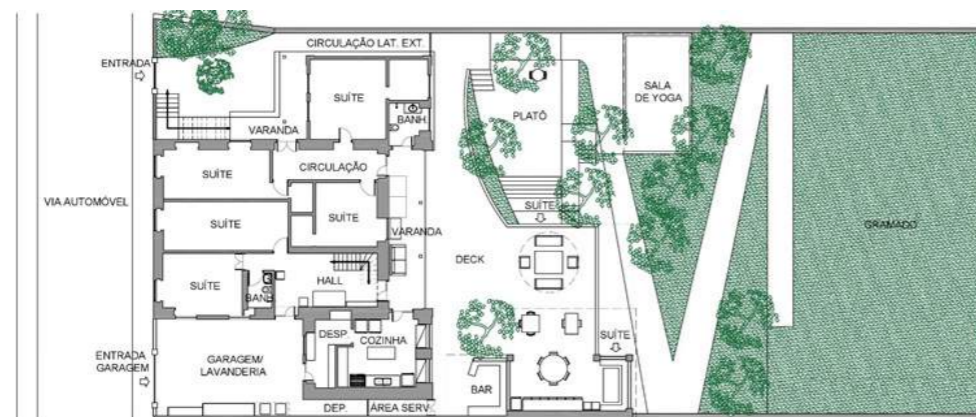


Figura 9 - Representação gráfica do espaço interno da Casa 02. À esquerda, a planta do pavimento inferior; à direita, a planta do pavimento superior. Fonte: Autora (2018).



Figura 10 - Fachada da Casa 02. Fonte: Google Maps (2018).

Segundo uma das moradoras, o portão faz um barulho de castelo ao abrir: “*Não sei porque que a gente não tirou esse barulho, acho que a gente gosta desse barulho (risos). Tem uma coisa de segurança*”, disse ela. Trata-se, em última análise, de uma forma sensorial (sonora) de acentuar o limite. A questão da segurança se mostrou relevante para esse grupo¹², se manifestando de várias formas. É importante citar que o mesmo passou por uma situação específica no tocante à segurança. Inicialmente, moravam em outra casa no bairro do Cosme Velho, onde mantinham intensa rotina de eventos abertos ao público até sofrerem dois violentos assaltos a essa casa. Logo, nos parece muito simbólico que o grupo, traumatizado, tenha escolhido uma nova casa com aparência de “castelinho”, como falam. Porém, ao mesmo tempo que a casa atual sugere uma condição de proteção, associada à noção de castelo, a sua imponente na forma construída demonstrou alimentar a sensação de insegurança entre os moradores. Como pode-se exemplificar relatando a rotina de acesso dos moradores à casa. Eles utilizam bastante o transporte de mototáxi para subir o bairro, mas como forma de segurança preferem ficar no Largo dos Guimarães e não na porta de casa, para evitar que saibam que moram ali¹³. Acreditam que a imponente da casa possa suscitar a impressão de que seus moradores sejam abastados. Percebemos que, de encontro

12 O grupo já passou por modificações em sua composição social, não permanecendo o mesmo desde o início da formação. Existe um fluxo de entradas e saídas de moradores comum entre as casas comunitárias. Atualmente, cerca de metade dos moradores da Casa 02 integra o grupo desde o início.

13 Durante a imersão, a pesquisadora pôde compreender esta situação ao escutar de um taxista espantado ao chegar ao endereço: “Nossa, você mora em um castelo?”.

com o que sugere DaMatta (1997), essa casa tende a se definir por seu contraste com a rua, potencializando a insegurança dos moradores com o entorno. Sua aparência de “castelo” impõe uma transição mais rígida entre casa e rua, e a própria clausura física faz com que os moradores se distanciem da vizinhança (com quem praticamente não há relação) e de visitantes de maneira em geral. Atualmente, os eventos na casa são raros, ocorrendo em média uma vez ao mês e em sua maioria para um público restrito de amigos e conhecidos. Interpretamos que o trauma da violência, movimento do externo que se impôs na maneira como eles lidam com a relação dentro e fora, criou uma demanda por segurança que antes não era forte e que foi determinante para a escolha desse espaço construído que, por sua vez, alimenta ainda mais essa ruptura interior e exterior.

A unânime sensação de insegurança entre os moradores acarreta o estabelecimento de bordas simbólicas que atuam para minimizar essa percepção. Além do já citado barulho do portão, que permite que todos saibam quando alguém acessa a edificação, um morador comentou que o fato da casa estar, em relação à topografia, “acima das demais pessoas” atenua sua sensação de insegurança. Ele lembrou a antiga moradia, que ficava abaixo de uma área verde de onde os assaltantes desceram para invadi-la, para fazer o contraponto à posição privilegiada que têm na atual residência, onde estão “de cima para baixo”: “Então, sua relação também com a pessoa que tá entrando é diferente”, disse o morador. Essa posição superior privilegiada – que permite que os moradores consigam visualizar o que está além deles, como numa posição de controle e vigilância – é representada pela destacada vista posterior que a edificação possui. A vista, que seguramente é o elemento mais estimado da casa para os moradores, acaba funcionando também como um fronteira simbólica, estabelecendo uma posição não de integração, mas de superioridade com a rua.

Por ser a vista o elemento mais significativo da casa, a moradia muitas vezes é descrita pelos moradores de maneira mais contundente a partir dela do que pelas características do espaço construído. E o fato dela se associar à ampla área descoberta da edificação produz uma percepção de “casa para fora”. Alguns moradores disseram que essa característica impede a sensação de ambiente interno, “essa coisa pra dentro”; “conchinha”; “microcosmo”; falta que é sentida por eles no cotidiano. Em consequência, ficou claro nas entrevistas que a sensação de “estar em casa” é associada ao acesso dos ambientes interiores.

Figura 11 - A ampla paisagem da cidade observada na Casa 02. À esquerda, a vista a partir da varanda da fachada posterior; à direita, a vista a partir da rampa de acesso ao gramado. Fonte: Autora (2018).

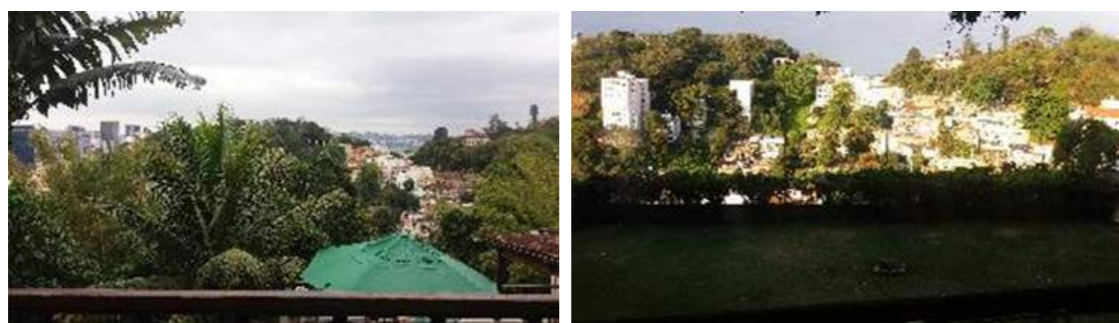


Figura 12 - À esquerda, a fachada posterior da Casa 02; à direita, a vista a partir do deck da Casa 02. Fonte: Autora (2018).



Uma moradora, que não gosta de acessar a casa pela circulação lateral externa, citou a importância para ela em abrir a porta que conecta o espaço construído da edificação: “Abrir essa porta configura pra mim que eu tô entrando em casa [...] Pra mim, aqui é muito simbólico de entrar em casa”. Já outro morador que, ao contrário, acessa a casa pela circulação lateral externa, ao comentar sobre sua percepção a respeito de um dos halls internos dos quartos, transpareceu a mesma ideia: “Eu chegava em casa, tipo... chegava em casa num lugar horroroso”. Logo, sua noção de chegar em casa não está vinculada ao portão de acesso à edificação, mas a porta que conecta a varanda posterior com o hall interno onde está localizado o seu quarto. Nesse sentido, percebemos que a área descoberta, a partir da fusão com a vista e devido a sua amplitude, é encarada como um ambiente imbuído de uma lógica típica de “rua”. Um exemplo disso foi observado no cotidiano, quando frequentemente ocorria de várias pessoas – moradores e/ou visitantes – estarem usando concomitantemente a área do deck para alguma atividade individual. Na maioria das vezes, cada um se dispunha em uma das cinco mesas diferentes, de acordo com o seu uso no momento (trabalhando, estudando, se alimentando), sem manter quase nenhuma interação com os demais presentes. No mesmo sentido, um morador comentou que, quando ele chega na edificação, geralmente ainda precisa resolver algumas coisas da casa na área descoberta, como cuidar da comida do cachorro, da horta, do lixo, etc. Explicou que ainda faz isso com a roupa que chegou da rua e com a mochila nas costas, então, somente se sente relaxado, que realmente “chegou em casa”, quando entra no quarto e tira esse invólucro de rua.

Fica evidente que apesar do portão ser uma clara fronteira física por sua imponência, isso se dá mais como mensagem à rua – aos visitantes e ao entorno – e não para a concepção de lar dos moradores. E, a partir da associação de “estar em casa” com o espaço interno, potencializado pela dispersão dos espaços individuais e pelos inúmeros fluxos possíveis, criou-se uma série de fronteiras pela casa, que justamente atuam para garantir essa sensação de lar. Como não há uma concentração do ambiente privado, cada morador atribui essa percepção a uma fronteira diferente – dependendo de onde está situado o seu quarto – criando várias transições casa/rua pela edificação.

Observamos que a dispersão entre os quartos também dificulta o desenvolvimento de eventos, inibindo uma maior dedicação dos moradores neste intuito. A mescla de espaços privados e públicos que permeia a casa acarreta em uma circulação dos visitantes por toda a sua área, produzindo uma sensação de perda de privacidade nos moradores. Por conta dos diversos fluxos, quando ocorrem os eventos inevitavelmente algum morador é prejudicado em relação ao seu espaço pessoal. Por exemplo, o morador que ocupa o quarto no pavimento inferior, com janelas voltadas para a rua, bem em frente ao portão, pontuou que quando tem eventos ele não consegue se recolher em privacidade. Como sua janela dá visão para o exterior, quando os visitantes chegam no portão ele se sente obrigado a atendê-los, mesmo sem estar envolvido na produção do evento. Diante disso, ele acaba fechando a janela, mas de qualquer forma se sente desconfortável com essa situação. Conjuntura semelhante ocorre no pavimento superior, com a moradora que ocupa o quarto que tem acesso direto pela sala. Quando o evento na sala não pode ser interrompido por circulações, ela precisa organizar suas entradas e saídas do próprio quarto de acordo com o horário do evento, tendo sua autonomia limitada. Já os moradores das duas suítes situadas no nível abaixo da casa são muito afetados pelo som das festas que acontecem no gramado, inclusive pelos ruídos da transitoriedade de pessoas subindo e descendo. Essas questões são conversadas entre eles, que criam acordos na tentativa de conciliar todas as demandas, mas a quantidade de fronteiras delimitando o espaço público e privado provoca um desgaste constante que desestimula a criação de eventos e põe em questão a concepção da casa comunitária. Esse contexto criou uma

Figura 13 - À esquerda, portas (internas e externas) e janelas mantidas fechadas pelos moradores; à direita, sinalizações feitas pelos moradores para indicar a circulação disponível aos visitantes. Fonte: Autora (2018).

maior demanda entre os moradores em resguardar seu espaço pessoal da circulação de visitantes. Por este motivo, observamos a criação de bordas ainda mais restritas, simbolizados pelas aberturas de cada quarto. Não só portas, mas também janelas são mantidas fechadas, para preservar a privacidade interna dos quartos. Além disso, como os fluxos da edificação não são claros, existem diversas sinalizações pela casa para mostrar aos visitantes os espaços que podem ser acessados por eles, o que de certa forma interfere na naturalidade da ocupação dos espaços por esse público.



A impossibilidade de o arranjo interno expressar de forma clara a definição sobre quais espaços podem ser utilizados pelos visitantes se expressa na dificuldade que a casa demonstra ter para lidar de maneira eficaz com o desenvolvimento de eventos. Assim, ao contrário da rotina que mantinham na edificação anterior, onde tinham uma relação muito forte com a vizinhança e mantinham uma intensa regularidade de eventos, nessa casa há uma dificuldade em criar esse vínculo com a rua. Além do arranjo espacial interno, é notório que a casa não possui uma fachada convidativa ao acesso, pois nitidamente coloca o visitante em uma posição de inferioridade devido a sua escala. Além disso, o funcionamento da casa ocorre literalmente de costas para a rua, já que os fluxos e as interações se desenrolam na parte posterior da edificação. Assim, ao passar em frente à casa, a impressão é quase sempre de que não há ninguém ali dentro. Então, apesar de os moradores considerarem imprescindível à concepção desta moradia o contato com a vizinhança, não há quase relação com essas pessoas, a não ser para comunicar os poucos eventos que eles realizam por uma questão de respeito. Apesar de entendermos que o espaço não é totalmente determinante nesta organização, apresenta-se como um fator que exige um “esforço” maior por parte dos moradores para estabelecer essas relações, não favorecendo uma dinâmica espontânea.

A ampla vista também se relaciona com a noção de “*casa de campo*”, que curiosamente surgiu na fala desses moradores igualmente como na casa anterior visitada: “*eu vejo como nossa casa no campo, como se eu morasse meio fora da cidade, em algum sentido*”; “*eu tô no meu quarto mas, às vezes, eu olho assim e falo ‘caraca, parece que tô numa casa de campo’*”. Muitos moradores manifestaram que morar nesta casa é uma forma de ter qualidade de vida, na medida em que ela permite que se desacelere do ritmo da cidade, principalmente por estar cercado de árvores e ter a possibilidade de ampla visualização do céu. Neste sentido, durante as entrevistas individuais, surgiram diversas afirmações como: “*Coisas de natureza mesmo, de sair, ver um céu*”; “*eu moro com a natureza*”; “*você vê o sol nascendo*”; “*você tem árvores frutíferas, você tem verde!*”; “*posso apreciar a vista, ficar em contato mais com natureza, passarinhos, árvores... respirar o ar fresco, né. Apreciar o céu, o sol, o pôr do sol, o nascer do sol*”; “*eu sinto que isso contribui muito pro meu bem-estar, pra eu conseguir ter essa (risos) rotina louca de trabalho*”. Da mesma forma, também surge a noção de espaço-tempo na fala de alguns moradores, associando estar na casa a uma “*outra relação com o tempo*”, na qual o tempo passaria mais morosamente. Uma das moradoras destacou a

importância do seu percurso casa-trabalho-casa nesse contexto:

“eu falo que eu levo essa hora pra chegar no trabalho, mas é uma outra escala, eu saio dessa escala aqui [...] até eu descer, a minha alma ela vai se acostumando em chegar na escala grande. Então, isso pra mim tá sendo muito legal, apesar de levar uma hora, tem esse tempo do meu corpo chegar lá, sabe”.



Figura 14 - Alteração na paisagem do entorno durante o percurso de acesso à Casa 02 a partir de uma das ruas de acesso ao bairro, na Lapa. Fonte: Autora (2018).

Outro morador descreveu a importância dessa moradia estar na cidade justamente por ser uma “pausa”: “*A cidade é importante pra mim individualmente [...] Ao longo do processo, eu fui entendendo que, na verdade, a cidade precisa desse espaço também. Que não é um espaço físico, né, é um espaço... um espaço-tempo-social*”. Ao mesmo tempo em que percebemos essa fronteira simbólica temporal perpassando as noções de casa e rua, nota-se entre os moradores o entendimento de “moradia” como ação abrangente, sem fragmentar as ações vividas dentro e fora de casa. Essa concepção foi corroborada na fala de um morador:

“até então, né, casa foi para mim muito o lugar onde eu voltava. Eu ia, mas quando tem que voltar, é a casa. Onde eu volto, minha referência, meu porto seguro... a marina onde meu barco atraca (risos) é a minha casa. Mas eu acho que... ao longo de viver essa experiência, esses dois anos e meio, eu fui mudando um pouco de ser para onde eu volto, mas pra onde eu estou. Então virou muito uma coisa sobre presença, mesmo, sabe”.

Observações finais

Como se trata de uma experiência, por meio da qual os moradores estão repensando e remodelando suas lógicas de moradia, nas duas casas visitadas o espaço construído se mostrou determinante no desenvolvimento do equilíbrio entre interior e exterior. Embora ambos os grupos tivessem inicialmente a intenção de propor uma interação com o entorno, expandindo o conceito de coletividade pretensamente trabalhado internamente, cada uma das estruturas arquitetônicas ditou à sua maneira, de forma bem distinta, a relação dos moradores com o externo. Enquanto a primeira casa visitada demonstrou que o espaço favorecia uma troca mais dinâmica e fluida, na segunda casa ficou evidente a imposição de limites espaciais que demandavam necessariamente um esforço maior para serem neutralizados. A partir disso, talvez

pela marcante singularidade das formas construídas em contraponto a um grupo social ainda em construção, o desenvolvimento da moradia se desenrolou de maneira pela qual os grupos foram mais moldados pelas casas do que o inverso. A reação do entorno também possui grande peso nessa moldagem, remodelando continuamente o entendimento dos moradores sobre os limites entre interno e externo. Assim, as experiências de violência sofridas pelos grupos se agregaram a esse processo contínuo, evidenciando que o movimento de transformação da moradia no espaço urbano resulta de um processo de moldagem de mão dupla, no qual ao mesmo tempo em que o grupo propõe novas maneiras de equilibrar as noções de “casa” e a “rua”, a lógica vigente atua concomitantemente, complexificando a construção e corroborando a ideia de um processo ininterrupto.

Interpretamos que as casas pesquisadas desenvolveram uma dinâmica heterogênea, mesclando as noções de público e privado de acordo com uma moldagem sincrética de interior e exterior atrelada ao espaço construído ocupado por cada grupo. No contexto da reflexão sobre o morar urbano individualizado e a intenção de criar um espaço comunitário junto ao seu entorno, ficou evidente que a primeira casa visitada se beneficiou, a princípio, do espaço construído para estabelecer uma dinâmica bem resolvida, na qual os âmbitos públicos e privados interagem com êxito sem afetar a concepção de lar dos moradores. A segunda casa visitada também demonstrou heterogeneidade nos referidos conceitos, no entanto, sob influência de fluxos irregulares e da amplitude de sua área descoberta, a mescla de interior e exterior se estabeleceu de forma restritiva para seus moradores, tanto fisicamente quanto subjetivamente. Desta forma, as duas influências espaciais se refletem distintivamente na consolidação dos grupos sociais, questão fundamental no contexto comunitário pretendido. Enquanto na primeira casa é notória a ênfase do caráter coletivo no grupo social, na segunda casa há um maior desenvolvimento da individualidade.

Ao mesmo tempo em que a casa comunitária não se configura como um espaço “calmo” no sentido privativo e recluso, já que possui significativa movimentação de pessoas, percebe-se que de alguma forma os moradores de ambas as casas construíram um sutil entremeio interno/externo. De forma menos limitante, a fronteira simbólica temporal surge como respaldo da subjetividade individual dos sujeitos que, enquanto moradores, têm demandas pessoais na sua construção de lar, fundamental para a estabilidade psíquica. Desta maneira, também atua como uma forma de valorização do espaço que, apesar de se pretender como um vetor de transformação do entorno, ainda se contrapõe de maneira inevitável ao funcionamento do meio urbano onde se insere. Essa fronteira é simbolizada pelo relevante ponto em comum encontrado nas duas imersões: a noção dos moradores de morar em uma “*casa de campo na cidade*”. Apesar de possuírem vivências urbanas, há uma percepção comum da demanda de se criar na cidade espaços alinhados e mesclados com a lógica do campo. Essa lógica se refere não só a forma construtiva mas, como um dos moradores expressou, a um “*espaço-tempo-social*”. Assim, não se trata apenas do espaço físico que ocupam, que evidentemente contrasta com a atual moradia urbana predominante, mas diz respeito ao modo de morar de maneira geral: o ritmo desacelerado, as relações estabelecidas, os sons abafados. Retomar a noção das relações triviais e cotidianas com as pessoas ao redor; transformar os anônimos da vizinhança, de quem costumamos manter cautela, em uma rede de apoio e de vínculos; ou seja, a modelagem de como se entende na metrópole tais domínios culturais de casa e rua, propondo novos significados para esse morar urbano que busca na lógica do campo referências para a cidade contemporânea.

Agradecimentos

As autoras agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES) pelo apoio na concessão de bolsa de mestrado, assim como ao PROARQ/UFRJ pelo apoio institucional.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmund. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

BRANDÃO, Ludmila. *A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. Novos Estudos CEBRAP, nº 47, 1997. pp. 155-176.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental*. 2001. 349f. Tese – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Ed Rocco, 1997.

DEMANTOVA, Graziella Cristina. *Redes técnicas ambientais: diversidade e conexão entre pessoas e lugares*. 2009. 363f. Tese – Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

DUARTE, Cristiane Rose. *Olhares possíveis para o pesquisador em Arquitetura*. Em: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010.

FISCHER, Gustave-Nicolas. *Psicologia Social do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget. Perspectivas Ecológicas, 1994.

FUÃO, Fernando. *A interioridade da arquitetura*. Em: Cadernos PROARQ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, nº 14, 2010, p. 99-107.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GRIZ, Cristiana; AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Claudia. *A família e a casa: papai ainda sabe tudo?* Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.15, n.16, 1º sem. 2008.

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. Em: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. Em: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PALLASMAA, Juhani. *Habitar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

RAPOPORT, Amos. *Pour une Anthropologie de la Maison*. Paris: Bordas, 1972.

ROCHA, Eduardo. *Arquiteturas do abandono* (ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte). 2010. 263f. Tese – Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983
VELHO, Gilberto. Estilo de vida de vida urbano e modernidade. Em: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 227-234.

VILLANOVA, R; DUARTE, Cristiane Rose (org.). *Outils et méthodes, de l'architecture aux sciences sociales*. Em: *Nouveaux Regards sur l'Habiter*. Paris: Le Manuscrit, 2011. Publicado em português: DUARTE, Cristiane Rose. *Moldagem do Lugar; remoldagem do olhar*.